

A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO A OBESIDADE NO BRASIL

Patricia Teresinha Scherer¹
Andréia Mendes dos Santos²

RESUMO

A obesidade é uma doença que acarreta múltiplas e graves consequências para a saúde da população e desencadeia uma série de impactos sociais, econômicos, culturais, entre outros. Discutir a temática da obesidade hoje é fundamental para o entendimento e para o enfrentamento deste fenômeno mundial. O presente trabalho discute o fenômeno da obesidade e traz reflexões para subsidiar a discussão acerca da importância das Políticas Públicas responderem as demandas relacionadas à esta temática. Essas discussões são de extrema importância, pois possibilitam que se busquem alternativas de tratamento e prevenção deste fenômeno mundial que é a obesidade.

Palavras- Chave: Obesidade. Políticas Públicas. Direitos Sociais.

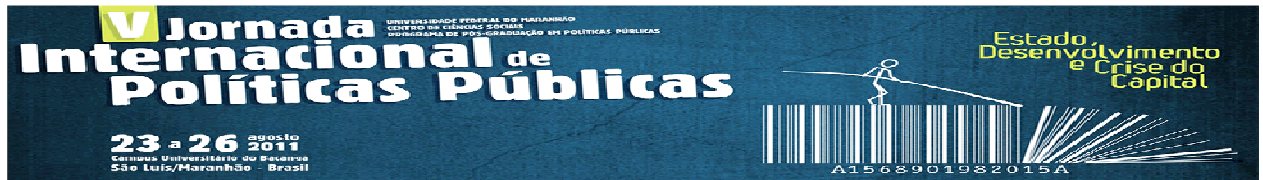
ABSTRACT

Obesity is a disease that causes multiple and severe health consequences of population and triggers a series of social, economic, cultural, among others. Discuss the issue of obesity is now crucial to understand and to cope with this worldwide phenomenon. This paper discusses the phenomenon of obesity and brings thoughts to support the discussion about the importance of public policies to respond to demands related to this issue. These discussions are extremely important because they allow it to seek alternative treatment and prevention of this worldwide phenomenon that is obesity.

Keywords: Obesity. Public Politics. Social Rights.

¹ Estudante de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- (PUC-RS)
patriciascherer.as@gmail.com

² Doutora. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- (PUC-RS)



1 INTRODUÇÃO

A obesidade configura-se como um grave problema social que vem assolando as populações de diversas partes do mundo, sobrepondo aspectos culturais e econômicos específicos de cada nação. São inúmeros os fatores que podem tornar um sujeito obeso: aspectos genéticos, metabólicos, ambientais, comportamentais, emocionais entre outros.

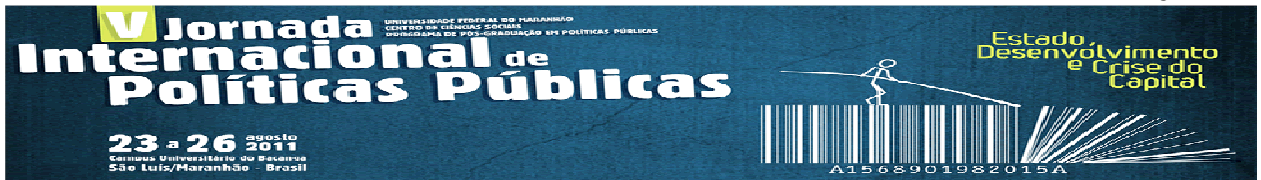
Busca-se nesse trabalho refletir sobre a importância das políticas públicas direcionadas a questão do peso, principalmente no que se refere a obesidade. E para isso, é necessário, primeiramente, realizar uma reflexão acerca dos conceitos que versam sobre as políticas públicas no Brasil. Atualmente, no Brasil, as políticas públicas direcionadas às causas da obesidade e seus rebatimentos na população, são reduzidas, com pouca repercussão, com vários desafios a serem superados e potencialidades a serem destacadas. Ressalta-se aqui, a importância de o Serviço Social, juntamente com outras áreas do conhecimento, discutirem e pensarem, de forma conjunta, a questão da obesidade na sociedade hoje.

Desta forma, esse trabalho apresenta, mesmo que de forma breve, algumas repercussões da obesidade na sociedade atual e como enfrentar essa questão, que implica seriamente na saúde³ da população e que tem rebatimentos sociais, culturais, econômicos, entre outros. E para isso, coloca-se como alternativa, para iniciar e reforçar o enfrentamento a questão da obesidade, que já é considerada uma epidemia mundial, as políticas públicas.

2 OBESIDADE NO BRASIL

Hoje a obesidade é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como uma epidemia mundial e um problema de saúde pública. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2010) mostrou que quase metade (49%) da população brasileira está com excesso de peso, 14,8% estão obesas e somente 2,7% apresentam déficit de peso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados sobre obesidade, revelados pelo IBGE, são alarmantes. Entre os homens, de 20 à 24 anos o índice de sobrepeso saltou de 18,5% na década de 70 para 50,1% em 2009. No mesmo período, as mulheres passaram de 28,7% para 48%. O mundo inteiro vem sentindo os efeitos da obesidade e sendo um fenômeno mundial, já é considerada uma pandemia e conforme mostram os dados da

³ A OMS define *saúde* não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social (OMS, 2008).



pesquisa, o Brasil já tem índices altíssimos de obesidade e precisa pensar ações, políticas que práticas que enfrentem esta questão.

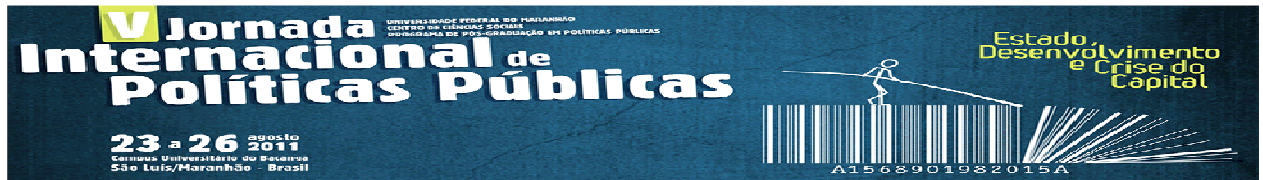
O critério utilizado na pesquisa para designar que o sujeito está acima do peso é o de índice de massa corporal (IMC): igual ou superior a 25, é chamado de pessoa com sobrepeso. A designação de obeso, segundo o padrão internacional, é para aquele que tem IMC igual ou maior do que 30. Os fatores que contribuem para que o sujeito ganhe peso precisam ser compreendidos para além da questão da ingesta alimentar, assim como também, se faz necessário discutir as consequências do sobrepeso e da obesidade no cotidiano destes sujeitos.

O sujeito obeso está inserido em uma sociedade altamente consumista, onde quem dita os padrões de moda, beleza e consumo é a mídia a serviço dos interesses do capital, reiterando a idéia de que para ser um cidadão de direitos, é preciso consumir. Aliado a isso, no Brasil, a indústria da dieta, das cirurgias plásticas, da beleza, vem crescendo de forma acentuada, impossibilitando que muitas pessoas tenham acesso a recursos adequados, com possibilidades de acesso sem custos, para o controle adequado e saudável do peso. Desta forma entende-se que a obesidade não é:

[...] fruto somente de maus hábitos alimentares e de descontrole, mas que surge de interesses sociais contraditórios, das relações de poder presentes na sociedade (FELIPPE, 2001 p. 237).

Outra questão importante a ser levantada neste trabalho e que merece destaque, é o preconceito e a discriminação a que o sujeito com obesidade é submetido. A pessoa com obesidade hoje, é excluída, estigmatizada e sofre preconceito por não se encaixar no padrão de beleza e moda instituído pela mídia e reforçado pela sociedade. Ele não consegue usar as roupas da moda, ter o corpo da moda, o corpo que é vinculado pela mídia como bonito, perfeito, saudável e feliz. Atualmente a imagem corporal é um meio para estar e sentir incluído ou excluído, além disso é utilizada também como meio de comerciais para incentivar o consumo de muitos produtos ou idéias, inclusive a idéia de que existe um padrão de corpo ideal, perfeito e que todos devem seguir este padrão (SCHERER, 2010a).

Dada a complexidade do fenômeno é importante um trabalho integrado de várias áreas que estudam, discutam e trabalham com a obesidade. “Enfrentar as questões da sociedade contemporânea não é exclusividade do Serviço Social, portanto, é estratégico que o assistente social atue de forma articulada com outros profissionais (SILVA, 2008, p.



193). O trabalho em equipe interdisciplinar⁴ é fundamental para que se tenha uma abordagem correta no atendimento a população obesa, pois é essencial, tanto no tratamento, como na prevenção a obesidade, compreender de forma integral os condicionantes desta doença.

No caso da doença da obesidade, lembramos que a mesma é constituída por inúmeros determinantes que se atacados isoladamente não surtirão o efeito de controle da epidemia. Na luta contra a obesidade, onde a medicina e a nutrição já figuram, passa-se a compreender a importância do papel do psicólogo, do assistente social e de outros trabalhadores da saúde (SANTOS, 2007,p.49).

Trabalhar a informação, através de pesquisas e outras práticas e políticas sobre a temática e apresentar formas adequadas de tratamento, é essencial para reduzir o número de casos de obesidade. Além disso, a importância de esforços voltados para a prevenção do excesso de peso estão para além do que se come, torna-se importante a discussão sobre o que e por que se come de forma exagerada ou inadequada.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E OBESIDADE

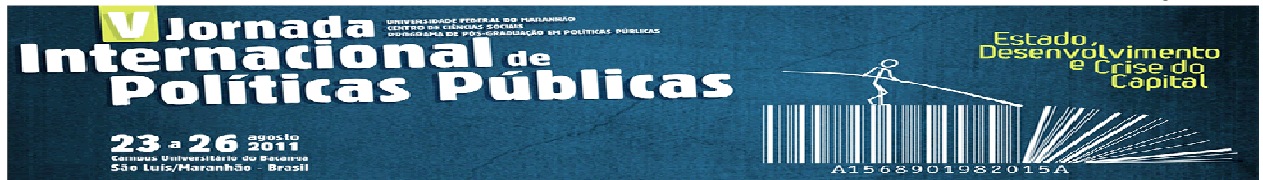
A partir da discussão feita até o momento, compreende-se que a obesidade é um problema de saúde pública e por isso requer políticas públicas voltadas à esta demanda. Entende-se que política pública:

Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social, que por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2009, p. 171).

Para começar na construção de instrumentos de combate a obesidade e a fome, pode-se iniciar na discussão dos direitos sociais e das políticas públicas, entendendo direitos sociais como:

Os direitos sociais podem ser compreendidos como enunciadores da relação entre o Estado e a Sociedade, vinculados ao projeto de Estado Social, numa tentativa de

⁴ Na interdisciplinaridade o que se busca é a descoberta ou estabelecimento de “conexões e correspondência entre disciplinas científicas, isto é, entre os diferentes níveis de descrição da realidade”. A interdisciplinaridade vai além de uma justaposição ou adição de diferentes ângulos sobre determinados objetos de análise. A sua complexidade consiste justamente na sua própria construção que é impregnada de troca e articulações mais profundas entre os diferentes elementos participantes (SANTOS, 2007, p.47).



enfrentamento da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos (COUTO, 2004, p.33).

A partir da Constituição de 1988, a saúde tornou-se "um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas". A Constituição Federal, em seus artigos 196 ao 200, título VIII – da ordem social; capítulo II – Seção II, da saúde dispõe sobre a saúde e fala do SUS (BRASIL 1990). Sendo assim, são necessárias respostas do Estado com relação a políticas destinadas ao controle da obesidade, pois é dever do Estado garantir a saúde de seus cidadãos, não só oferecendo tratamento as patologias, mas também executando ações preventivas e de promoção a saúde da população, pois a saúde é entendida, atualmente, não só como ausência de doença.

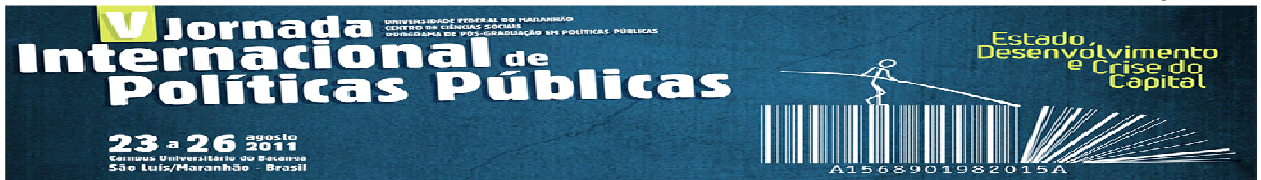
A saúde tem como fatores determinantes, e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais: os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país (CAMPOS, 1998, p.32).

Desta forma, percebe-se a importância das políticas públicas como forma de lutar pelo direito a saúde e buscar efetivar esse direito de cada cidadão brasileiro. Pode-se definir Políticas Públicas conforme Pereira (1996):

Uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Embora as políticas públicas sejam de competência do estado, não representam decisões autoritárias do Governo para a sociedade, mas envolve relações de reciprocidade e antagonismo entre estas duas esferas (PEREIRA, 1996, p.130).

As políticas públicas, apesar de, muitas vezes, possuírem um caráter contraditório Pereira (2009), atuam no fortalecimento do sujeito, e podem contribuir para que este possa sentir-se valorizado, esclarecido quanto a seus direitos. Entre esses direitos, salienta-se que, “é parte do direito a alimentação e estilos de vida saudáveis que promovem a saúde e reduzem o número de doenças ocasionadas por uma alimentação inadequada” (VALENTE, 2002, p. 39). Desta forma, as políticas públicas podem possibilitar mediações, viabilizar os direitos sociais legalmente reconhecidos.

Percebemos que realmente há uma forte contradição presente no cerne das políticas públicas e se elas se fazem presentes para manter os interesses do capital, ao mesmo tempo são conquistas de lutas, de organização popular, de trabalho.



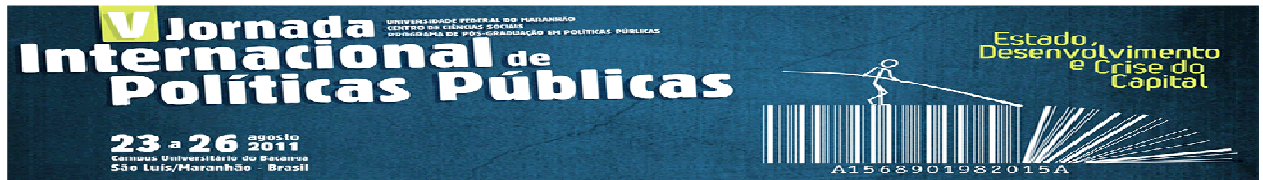
Portanto não há como negar a contradição, mas também não há como negar sua importância, relevância e significado para a população (SANTOS, 2007, p. 51).

As políticas públicas precisam necessariamente responder a demandas coletivas e de forma que não sejam apenas focalizadas. A obesidade hoje, se mostra como problema de saúde pública e necessita de respostas do Estado, respostas essas que trabalhem na prevenção e no tratamento da obesidade. O Estado tem o compromisso de criar ações que versem sobre a qualidade da alimentação da população e deve controlar melhor os ditames da mídia com relação aos produtos alimentícios oferecidos no mercado (a exemplo do que foi feito com a indústria das bebidas alcoólicas, hoje com várias restrições na mídia, principalmente televisiva).

Por isso faz-se necessário hoje, políticas públicas voltadas para a questão do peso, que visem o esclarecimento da população quanto ao consumo de alimentos e bebidas, assim como também, políticas que versem para prevenção e correto tratamento desta doença que já é fenômeno mundial. Assim, com prevenção e informação correta, os sujeitos poderão fazer suas escolhas de forma consciente, fugindo da alienação do sistema que o leva ao consumo exagerado em busca de um corpo tal qual as imagens que são vendidas pela mídia a serviço do capital.

Temos no Brasil alguns exemplos de políticas, cujo foco situa-se na questão da segurança alimentar. Por exemplo, em 2003 o governo Federal lançou o Programa Fome Zero, com grande repercussão social. Tal ação estava voltada a segurança alimentar, atendendo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, através de uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde. Nesta ação observa-se a atenção a questão da qualidade alimentar, devendo estar contemplada também, a atual questão epidêmica da obesidade, dado aos números alarmantes e preocupantes de casos de obesidade no Brasil.

Em toda essa discussão sobre obesidade, direitos sociais e políticas públicas, o Serviço Social tem papel fundamental. O Assistente Social contribui no processo de fortalecimento dos sujeitos frente às políticas sociais, com o compromisso da defesa e efetivação dos direitos sociais, viabilizando a participação dos sujeitos no coletivo para a socialização desses direitos. Aí também a importância do assistente social utilizar as políticas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social, desencadeadas pela obesidade. Iamamoto (2008, p. 233) pontua que é necessário fazer o projeto profissional acontecer, mostrar o potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais e na atenção e respeito as diferentes demandas dos usuários. Isto se dá no cotidiano de trabalho do assistente social, em cada atendimento, no contato com cada



usuário atendido, no respeito aos direitos de cada cidadão, buscando assim, a constante efetivação do Projeto Ético- Político do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretar de maneira correta a totalidade do fenômeno da obesidade e compreendê-la como uma das expressões da questão social, é imprescindível para buscar alternativas de enfrentamento e prevenção da obesidade e suas consequências. A discussão realizada neste trabalho buscou interpretar o fenômeno da obesidade hoje, reconhecendo este fenômeno como problema de saúde pública, que gera muitas perdas para o Estado e causa inúmeros sofrimentos para os sujeitos com obesidade. E como alternativa, na luta pela efetivação de direitos desses sujeitos, (principalmente o direito a alimentação adequada, a informações corretas sobre a alimentação, que culmina no respeito a um direito garantido constitucionalmente, o direito a saúde) as políticas públicas.

Outro fator conclusivo é reconhecer a obesidade como produto da sociedade capitalista contemporânea, destinando significados especiais a comida, ao comer e a representação que esta ingesta vem recebendo frente às necessidades e as dificuldades da população no dia-a-dia. As Políticas Públicas devem efetivar os direitos sociais dos sujeitos no enfrentamento das expressões da questão social, desencadeadas pela obesidade, uma vez que, o fenômeno da obesidade vem sendo considerado um novo problema alimentar, de saúde e de pertencimento social. Aliado a isso, a obesidade é um quadro epidêmico desencadeado pela carência de informações sobre a alimentação, pela pobreza ou pelo excesso de alimentos, pela exclusão, entre outros fatores. Sendo assim, as Políticas Públicas tem o papel de propor estratégias de prevenção, tratamento e controle da obesidade, forma de efetivar, para cada cidadão, o direito a saúde, previsto na Constituição de 1988 e o direito de fazer suas próprias escolhas e que estas sejam livres e esclarecidas (SCHERER, 2010b).

Dentro deste contexto, o Serviço Social tem o compromisso de aproximar-se da realidade, buscar desvendar a totalidade do fenômeno da obesidade nos dias de hoje e compreender as diversas implicações inerentes a esse fenômeno. Desta maneira, apreendendo as situações determinadas pela obesidade, os assistentes sociais poderão propor e intervir, tendo como norte o código de ética, o projeto ético-político da profissão e a garantia dos direitos dos usuários, acessados através das Políticas Públicas.



Não se pretende aqui encerrar essa discussão, o que se pretende é suscitar meios e possibilidades de discutir com o próprio Serviço Social e com outras áreas, acerca das políticas públicas brasileiras voltadas para a questão da obesidade. Buscando assim, novas perspectivas de legitimar direitos sociais, contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social desencadeadas pela obesidade hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.080, DE 19 DE setembro DE 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. In: Diário Oficial da União, Brasília, 20 de setembro de 1990.

CAMPOS, F. E. et al . **Legislação Básica do SUS**. Belo Horizonte: Coopmed, 1998. 161. (cadernos de Saúde nº. 2)

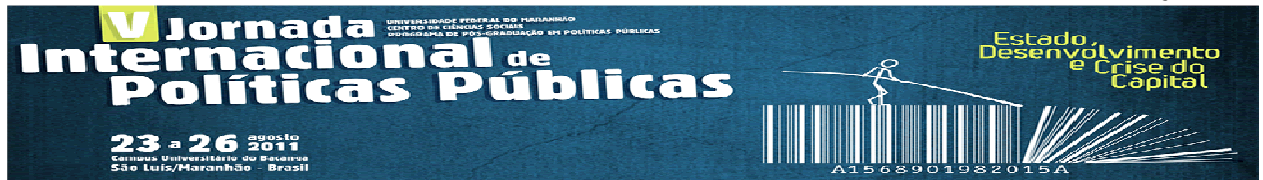
COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira : uma equação possível?**. São Paulo : Cortez, 2004.

FELIPPE, Flávia: **O Peso Social da Obesidade**. 2001. 282 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em setembro de 2010.

OMS- **Organização Mundial de Saúde**. Disponível em: <<http://www.omsbrasil.com.br>>. Acesso em: 08 de maio de 2008.



PEREIRA, Potyara. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **Política Social: temas e questões.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Andréia Mendes dos. **Sociedade do Consumo : criança e propaganda, uma relação que dá peso.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHERER, Patricia Teresinha. Era Uma Vez... A História da Formação Profissional e o Reconhecimento da Relação entre Obesidade e Saúde Mental: nem magia, bruxaria ou encanto, mas conhecimento, ética e compromisso. **Revista da Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Vol. 3, nº1, 2010b.

_____. Obesidade, Questão Social e Políticas Públicas: um debate de peso. Artigo publicado nos anais do **XII Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. Rio de Janeiro, 2010a.

SILVA, C. G. da. Serviço Social e Reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético político profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 94. São Paulo: Cortez, 2008.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.